

ARTIGO

**CORRESPONDÊNCIAS
E ATOS DO PRÍNCIPE
REGENTE: A CAPITANIA
DO ESPÍRITO SANTO NOS
PAPEIS DO GOVERNO
(1788-1822)**

Thiara Bernardo Dutra

Mestre em História Social das Relações Políticas pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-Graduada em PROEJA pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Resumo

Correspondências e Atos do Príncipe Regente é o nome do corpus documental que se encontra nos Livros 001, 002 e 003 depositado no fundo de Governadoria da série Acciolly, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Apresenta-se neste artigo a transcrição inédita de algumas cartas enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho – o conde de Linhares – a Antônio Pires da Silva Pontes, o primeiro governador da capitania do Espírito Santo. A análise dessa documentação permitiu observar as mudanças ocorridas na capitania, no limiar do século XIX, como parte de um contexto de reorganização político-administrativo do Império português, na qual a escolha das autoridades governamentais aparecia como tentativa da Coroa exercer maior domínio sobre suas possessões coloniais. Todavia, essas mudanças competiram para a autonomia política, administrativa e militar, bem como, certa prosperidade econômica ao Espírito Santo em finais do período colonial.

Palavras-chaves: Correspondências, Conde de Linhares, Silva Pontes, Império português.

Introdução

O início do século XIX marca um tempo de mudanças na capitania do Espírito Santo. A escolha e instrução das autoridades governamentais da capitania pela Coroa, a partir das duas últimas décadas do Setecentos, garantiu aos poucos a autonomia política, administrativa e militar, bem como, certa prosperidade econômica da região. A análise das *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, um conjunto de cartas trocadas entre o poder central e as autoridades locais, permitiu observar as mudanças ocorridas na capitania como parte de uma política imperial na tentativa da monarquia portuguesa em centralizar a administração e obter maior controle sobre seus domínios ultramarinos. Ao longo do século XVIII, a coroa

Abstract

Correspondence and Acts of the Prince Regent is the name of the documentary corpus found in Books 001, 002 and 003 deposited in the Governorship of the Acciolly series fund, of the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES). In this article is presented the unpublished transcription of some letters sent by D. Rodrigo de Souza Coutinho - the Count of Linhares - to Antônio Pires da Silva Pontes, the first governor of the Espírito Santo captaincy. The analysis of this documentation made it possible to observe the changes that occurred in the captaincy, at the threshold of the nineteenth century, as part of a context of politico-administrative reorganization of the Portuguese Empire, within which the choice of the governmental authorities appeared as an attempt of the Crown to exercise more control over its colonial possessions. However, these changes competed for political, administrative and military autonomy, as well a measure of economic prosperity to the Espírito Santo at the end of the colonial period.

Keywords: Correspondence, Count of Linhares, Silva Pontes, Portuguese Empire.

agiu a fim de limitar a autonomia com que as elites coloniais atuaram no século anterior. Apesar disso, considera-se demasiado afirmar uma centralização política, pois, visavam “[...] criar um contrapeso à influência da já enraizada nobreza da terra” (SAMPAIO, 2007, p. 231).

Assim como outras áreas da colônia, o Espírito Santo sentira os efeitos da reorganização política e administrativa portuguesa. Neste artigo, apresenta-se transcrição integral e inédita de quatro das doze cartas enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho – o conde de Linhares – a Antônio Pires da Silva Pontes – primeiro governador da capitania do Espírito Santo – encontradas no conjunto documental apresentado. Por meio dessas cartas, busca-se observar a modulação da política imperial no cotidiano da capitania

espírito-santense. A fim de analisar em que medida as instruções feitas pelo ministro influenciaram aspectos políticos, administrativos e econômicos do governo de Silva Pontes.

Antes disso, porém, faz-se necessário elucidar que, nos últimos anos, capitães-mores e governadores das capitanias passaram a constituir campo fértil para as pesquisas históricas. O estudo dessas autoridades foi possível graças à renovação da história política e social, que passou a conferir importância aos “rostos”, aos indivíduos, na descrição daquilo que se configurou chamar de poder. Nesse sentido, a história das elites vem “ocupando-se de pessoas” dando “um rosto à história política”, ao aproximar esses indivíduos dos poderes efetivos vivenciados no cotidiano das relações (HESPANHA, 2012, p. 68). Referencia-se, assim, pela noção de elite, visto pelos historiadores a partir da década de 1970, como

uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros (HEINZ, 2006, p. 08).

Nesse processo de renovação historiográfica, colocou-se em questão também os estudos sobre a época moderna, especialmente, voltados para a formação dos estados europeus e dos impérios ultramarinos. Tais discussões desdobraram-se em uma revisão crítica dos paradigmas explicativos sobre o relacionamento entre as sociedades europeias e os espaços coloniais. Ao propor outra perspectiva teórico-metodológica, os trabalhos levantaram questões acerca dos limites do poder e da centralização política da coroa (HESPANHA, 1994), do relacionamento entre centro e periferia (GREENE, 1994), bem como da dinâmica interna da formação das sociedades coloniais (FRAGOSO, 2001).

Os estudos apontaram certa limitação do poder régio, uma vez que ele seria partilhado com outras instâncias de poder no reino e no ultramar (BICALHO,

2003, p. 344). Sob essa ótica, a nomeação de pessoas para os diversos cargos da administração colonial aparece como ponto nevrálgico da governação imperial. O que justifica a atenção adquirida pelas autoridades governamentais no estudo da governação e centralidade régia na América portuguesa. Nesse contexto, a documentação de caráter oficial ganha importância, sobretudo, pelo fato de o registro escrito ter tornado viável ao Império português a administração dos domínios ultramarinos. Ao reconhecer a lógica pluralista, em que se fragmentou o poder central em diversas instâncias representativas nos espaços coloniais, o ato de informar foi intrínseco à prática de governar.

Tais questões, por sua vez, influenciaram uma renovação nos estudos voltados ao passado colonial brasileiro. Visto que não se encontrava nos modelos explicativos da “grande tradição” espaços para as regiões que estavam alheias à dinâmica mercantil-exportadora, como o caso espírito-santense. Na medida em que as pequenas propriedades, a economia de abastecimento e o enclave dominado por homens pobres encontraram lugar na nova reflexão historiográfica, o estudo sobre o Espírito Santo pode conferir maior entendimento sobre a complexa realidade que se configurou nos espaços coloniais. Haja vista que os mesmos elementos, a saber, a escravidão mercantil e a monarquia, experimentaram diferentes conotações nas regiões que formavam a América portuguesa (FRAGOSO, 2014, p. 16).

A historiografia capixaba acompanhou o movimento com pesquisas feitas por Adriana Pereira Campos (2005), Patrícia da Silva Merlo (2008), Enaile Flauzina Carvalho (2008) e Bruno Santos Conde (2011). Em virtude dos avanços sobre as redes mercantis e escravistas na capitania do Espírito Santo em fins do período colonial, identificou-se uma economia diversificada e pautada na comercialização de alimentos que se baseava, apesar dos altos preços, no emprego massivo da mão de obra escrava. Contudo, a ausência de uma análise voltada, especificamente, para as autoridades governamentais da capitania,

considerando a dinâmica política imperial e sua modulação na esfera local, torna o tema relevante e justifica sua importância. A partir dessa ótica, torna-se possível entender o desenvolvimento econômico na capitania do Espírito Santo, em finais do período colonial, observado por esses historiadores, como parte de uma política pública implementada pela coroa. Dada as lacunas, o presente artigo oferece material para a discussão sobre o relacionamento entre os governadores coloniais e o poder central, em um contexto de reorganização política-administrativa dos domínios coloniais pela monarquia portuguesa.

Diante da interdependência entre a esfera local e global, considerou-se pertinente o emprego da variação de escala como recurso analítico. Isso porque, a constante incursão aos simbolismos e práticas que moldaram o Império português e o próprio caráter da documentação impõem a necessidade de se realizar um diálogo entre a dinâmica local e imperial, ao permitir vislumbrar o modo como a realidade cotidiana se constrói levando em consideração a correlação entre as esferas micro e macro dessa realidade histórica.

O artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta as *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, um conjunto documental recolhido junto ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A segunda parte traz o governo de Silva Pontes, em que se destaca a política de régia nomeação dos governadores da capitania e os critérios de seleção e recrutamento desses indivíduos. Por fim, apresenta-se a transcrição das cartas trocadas entre aquele governador e o ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no ano de 1798, em que o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar tem notória intenção de preparar e instruir o futuro governador. Por meio dessas cartas foi possível observar o momento em que o desenvolvimento econômico da capitania capixaba tornou-se política pública. O governo de Silva Pontes (1800-1804) marcou a consolidação do projeto político imperial em terras capixabas, ao inaugurar um tempo de mudanças.

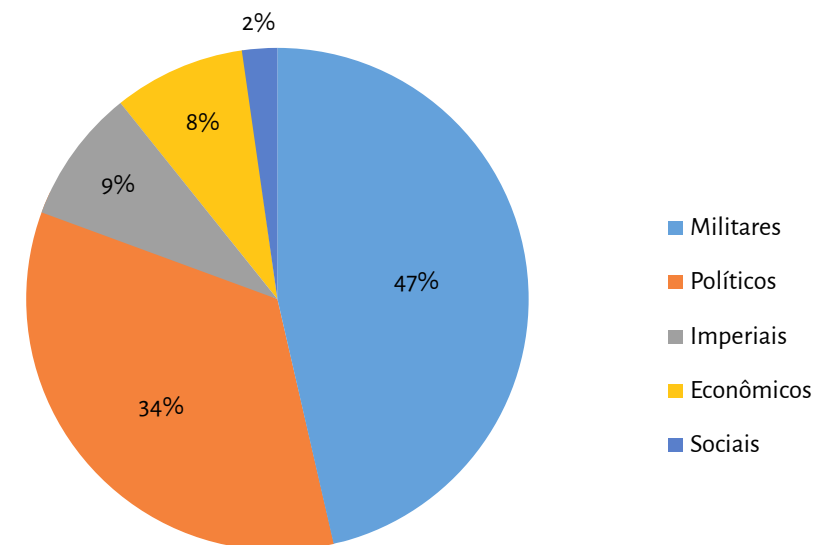
Os papéis do governo

As *Correspondências e Atos do Príncipe Regente* encontram-se dispostas nos livros 001, 002 e 003, no fundo de Governadoria da série Acciolly, depositadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Elas configuram um *corpus* documental composto por 434 cartas avulsas recebidas pelos capitães-mores e governadores da capitania. As correspondências eram enviadas, em sua maioria, por ministros do Conselho Ultramarino ou por capitães-gerais e governadores da Bahia, durante o período de subordinação a essa capitania. Continham avisos, decretos e cartas régias, ciência da recepção dos ofícios enviados pelos capitães-mores e governadores, bem como, informações sobre requerimentos, representações e queixas feitas pela população.

O contato inicial com essa documentação ocorreu quando do levantamento das fontes primárias para a elaboração da dissertação de mestrado, que teve por objeto o conjunto de governadores nomeados pela Coroa entre os anos de 1781 a 1821. A partir desse objeto, buscou-se levantar o problema em torno da interferência do Estado nas relações escravistas pelas autoridades governamentais da capitania do Espírito Santo. Em outras palavras, observou-se a dinâmica política da escravidão em terras capixabas. E, nesse sentido, as *Correspondências e Atos do Príncipe Regente* propiciou verificar que as mudanças ocorridas na capitania, assim como, as nomeações das autoridades governamentais inseriam-se em um contexto de reordenamento político-administrativo implementado pela própria monarquia portuguesa. Além de possibilitar vislumbrar aspectos cotidianos da capitania do Espírito Santo.

Apesar de o conteúdo de algumas dessas cartas serem de conhecimento público, tal *corpus* documental é inédito. Extrair a riqueza de informações que esse conjunto revela exigiu um mergulho em fontes manuscritas em papéis gastos, corroídos por tintas que registravam letras de difícil grafia, quando não ilegíveis. O estado de conservação dos documen-

GRÁFICO 1: ASSUNTO DAS CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS ENTRE 1788 - 1822



Fonte: APEES, *Correspondências e atos do Príncipe Regente*, Livro 001, 002 e 003 (1770 a 1822).

tos e a falta de um catálogo sobre o conteúdo das cartas, apesar de terem constituído dificuldade, não afetaram o entendimento geral da investigação proposta. A documentação recolhida junto ao APEES foi integralmente transcrita. Para um melhor tratamento das informações, as cartas foram divididas em cinco temas: militares, políticos, imperiais, econômicos e sociais (Gráfico 1).

As cartas classificadas como militares trouxeram em seu bojo questões relacionadas à defesa da capitania, como o envio e/ou pedido de armas, a formação de corpos militares, pedidos de patentes ou dispensas e denúncias de deserções. Na temática política, elencou-se questões referentes ao aparato burocrático e administrativo da capitania. Nos assuntos imperiais, destacam-se o contrabando e a guerra contra os gentios botocudos no norte da capitania. Quanto aos aspectos sociais, as duas cartas encontradas referem-se à escravidão. Por fim, em relação aos assuntos econômicos, verificou-se que o poder central fomentou o desenvolvimento da economia local, por meio do reconhecimento das riquezas na-

turais e a diversificação da produção agrícola.

Por meio das correspondências trocadas entre as autoridades da capitania e a coroa, percebeu-se o que estava em pauta na agenda política dos agentes da governança, em outras palavras, as preocupações dessa elite política. As autoridades dirigentes apareceram como responsáveis pela implantação das políticas imperiais no âmbito local. Dentre elas, destacaram-se a transformação do desenvolvimento econômico da região em política pública, a formação de um aparato burocrático-administrativo eficiente e a defesa como preocupações centrais dos administradores da capitania, no alvorecer do século XIX.

O governo de Silva Pontes (1800-1804)

Os critérios de recrutamento para o exercício da vida pública passaram do nascimento apenas, para os qualificativos técnicos e morais. Os novos requisitos à governabilidade ensejados por Pombal, com a reforma educacional empreendida em Portugal, na

década de 1770, visava instruir um corpo administrativo tecnicamente habilitado para a atuação prática no Reino ou na colônia. Tais mudanças viriam a surtir efeitos na política colonial através dos homens formados no seio do processo reformador. E chegariam às terras capixabas em 1781, por meio do decreto baixado pela Rainha Dona Maria I, nomeando Ignácio João Mongeardino para o posto de capitão-mor.

A escolha de Ignácio Mongeardino marca o início da política régia de nomeação em terras capixabas e configurou a tentativa da Coroa portuguesa em promover maior centralização administrativa por meio da escolha dos seus representantes nos domínios ultramarinos. Para seu sucessor nomeou-se Silva Pontes, mas enquanto este não assumiu, Manoel Fernandes da Silveira governara interinamente. Entre 1805 a 1811, Manoel Vieira Tovar e Albuquerque esteve a frente da governadoria capixaba, sendo sucedido por Francisco Alberto Rubim, (1812-1819) e Balthasar Botelho de Vasconcelos (1820-1821). Os governadores da capitania do Espírito Santo contemplados pela política de régia nomeação podem ser vistos como parte de uma elite política que tinha uma identidade em comum, ao partilharem

de uma mesma ilustração à portuguesa, que acabava por funcionar como um conjunto de mecanismos de controle que os regiam (CARVALHO, 2008, p. 37).

Nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, em 11 de novembro de 1797, Antônio Pires da Silva Pontes, tomou posse do governo em 29 de março de 1800. A escolha de um “homem de conhecidas luzes e préstimo” passou pelo

particular cuidado de reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores,

nas palavras do Príncipe Regente Dom João (AHU, cx. 05, doc. 422). Sua chegada à capitania marcou a consolidação do reordenamento político-administrativo

imperial. Silva Pontes, como ficara conhecido, era um legítimo representante da elite política e intelectual luso-brasileira, e simbolizava o poder metropolitano, nos dois lados do Atlântico, “foi um dos indivíduos que integraram essa elite preparada pelo Estado Português da segunda metade do século XVIII, atuando na rede de informações que se estendia até o território da colônia do Brasil” (ALMEIDA, 2007, p. 135).

Nascido em Mariana, capitania de Minas Gerais, Silva Pontes pertencera a uma família de conquistadores, descendendo do ramo dos Oliveira Leite. Frequentou a Universidade de Coimbra, formando-se doutor em matemática em 1777. Capitão de fragata e Lente da Academia de Marinha de Lisboa, ele foi também um dos integrantes da Comissão de Fronteiras enviada ao Brasil sob os auspícios do governo de D. Maria I devido seus conhecimentos de cartógrafo e astrônomo. A formação em Ciências Naturais permitiu a Silva Pontes integrar a Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779 pelo Duque de Lafões, mecenas do conhecimento científico em Portugal, e o Abade José Correia da Serra, naturalista português com reconhecimento internacional. Depois de realizar viagens exploratórias pelo Amazonas, Goiás, e outras regiões do Brasil, Silva Pontes recebeu a importante missão de realizar a execução de grandes planos ao ser nomeado para o governo da capitania do Espírito Santo.

Intelectual ilustrado, Silva Pontes cultivava bons relacionamentos com o poder central. O memorialista espírito-santense, Basílio Daemon, conta que o governador estabeleceu constante diálogo com o Ministro do Conselho Ultramarino, D. Rodrigo de Souza, durante todo seu mandato na capitania capixaba e que suas relações iam além da administração e configuravam laços de amizade. Basílio Daemon informa, inclusive, que Silva Pontes teria homenageado o amigo ministro ao batizar seu filho com o nome de Rodrigo (DAEMON, 1879, p. 206). O mesmo relacionamento não se deu com a população capixaba marcado por queixas de abuso de autoridade e procedimentos despóticos.

Fora encarregado pelo rei de executar grandes obras nessa capitania. A principal delas, a abertura do rio Doce à navegação, possibilitaria a comunicação com Minas Gerais. No ano de sua posse, o governador dirigiu-se a D. Rodrigo de Souza no seguinte tom:

dizem agora, que os tempos se mudaram, e que tudo está a favor da obra magnânima, e Real da Comunicação com as Minas (AHU, cx. 06, doc. 442).

Além desse feito, destacam-se dentre as suas principais atribuições políticas, a demarcação das fronteiras da capitania, a organização burocrático-administrativa, o desenvolvimento econômico, com a implantação de políticas públicas voltadas ao aumento e diversificação da produção agrícola.

Verificou-se que Silva Pontes foi o governador que mais recebeu cartas com assuntos voltados às políticas econômicas, num total de 16 (43,3%) das 37 correspondências classificadas como assunto econômico. Tal fato corrobora a ideia de que o seu governo iniciou um tempo de mudança, além de ter consolidado a política imperial em terras capixabas. Todavia, apesar de ser empossado em 1800, o futuro governador fora instruído, dois anos antes, sobre sua atuação à frente da governadoria, visto que do total de cartas referentes à economia, 50% foram recebidas antes de sua posse. O levantamento dessas informações possibilitou observar o período entre 1798 a 1799 como momento de preparação para a governação, em que ele recebeu importantes instruções de Dom Rodrigo de Souza Coutinho que viriam nortear seu governo.

Assim, cumpre destacar, sucintamente, quem fora D. Rodrigo de Souza Coutinho. Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, durante os governos de Dona Maria I e do príncipe regente Dom João, fora o responsável por transmitir a Silva Pontes as instruções para um bom governo. Importante figura dentro do contexto de reorganização administrativa, o conde de Linhares, personificou a projeção do

homem público idealizada pelo seu padrinho, o marquês de Pombal, com quem compartilhava “a defesa da monarquia portuguesa” (CARVALHO, 2008, p. 36). Português, originário da alta aristocracia, formara-se na Universidade de Coimbra, contemporâneo à Silva Pontes e se lançara à carreira pública como diplomata, em 1777, durante o reinado de Dom José I. Na percepção do conde de Linhares, a escolha de homens ilustrados para ocupar os postos de administração dos espaços coloniais, decorria da importância de promover debates acerca das instituições políticas, econômicas e sociais que circundavam o Império e suas partes. Algo que propiciaria “uma harmonia pacificadora do reino luso estendido através da razão” (CARVALHO, 2008, p. 36-37).

As correspondências

As cartas apresentadas estão depositadas em *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, Livro 001, do APEES. Trata-se de um conjunto de 12 cartas enviadas, no ano de 1798, por D. Rodrigo com notória intenção de preparar e instruir o futuro governador, Silva Pontes. Dentre elas, escolheu-se 4 cartas para esta exposição, pois além de trazerem em seu bojo as preocupações e interesses principais da monarquia portuguesa, ao cruzar essas informações com as obtidas durante seu governo, observa-se que tais instruções foram levadas a cabo na capitania por aquele governador.

Antes de apresentá-las, porém, faz-se necessário destacar o perfil econômico da capitania do Espírito Santo em finais do século XVIII. Desde sua ocupação, a economia capixaba foi marcada pela diversificação de gêneros agrícolas, com o desenvolvimento dos cultivos da mandioca, cana-de-açúcar, algodão, milho e arroz; além da pecuária bovina, da pesca e do extrativismo vegetal, tocado por trabalho escravo. A vila de Vitória, comarca e capital da capitania, funcionava como entreposto comercial ao estabelecer ligação com as vilas circunvizinhas: Vila

de Nova Almeida, Vila do Espírito Santo, Vila de Guaraparim e a Vila de Benevente. A dedicação a cultura de alimentos configura uma economia de abastecimento de segunda ordem, visto que parte dessa produção era destinada às praças comerciais do Rio de Janeiro, Bahia, e as vezes, Pernambuco.

Com o ressurgimento do comércio de cabotagem na década de 1770, a situação econômica da capitania voltou a reagir. A alta dos preços do algodão no mercado europeu, por volta de 1775, contribuiu para o destaque dessa cultura, em geral exportado descaroçado e na forma de panos e fios (CARVALHO, 2008, P. 36). Além desse comércio, as políticas praticadas pelo Marquês de Pombal, no reino e na colônia, favoreceram um momento de reabilitação da economia do Espírito Santo, ao final do século XVIII. A prioridade na reforma elaborada pelo ministro estava em “proteger e estimular o potencial econômico do Brasil” e na manutenção dos benefícios concedidos aos negociantes (MAXWELL, 1996, p. 132). O estímulo a diversificação da produção na América portuguesa, a partir do aumento do cultivo e reconhecimento de novos produtos, viria a ser parte das políticas econômicas necessárias à obtenção dessas prioridades.

A análise do *corpus* documental apresentado permitiu observar não só os estímulos direcionados ao desenvolvimento econômico da capitania, mas também, o momento em que esse assunto se destacou na agenda política local e a variação dos temas que configuraram essas políticas públicas. Ao apresentar as correspondências, optou-se pela manutenção da grafia utilizada a época. Todavia, é preciso elucidar o significado de três termos recorrentes nas cartas apresentadas, são eles: Mag^{de} (Majestade); V M^{ce} (Vossa Mercê); D G^{de} V M^{ce} (Deus Guarde a Vossa Mercê).

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 16 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 05.

Sua Mag^{de} he servida que V M^{ce} mande recolher, acondicionar e remetter por conta da Real Fazenda para o Real Muzeu, não somente todos e quaesquer Productos Naturaes, que forem próprios dessa capitania, ou sejam animaes, ou vegetaes, ou mineraes, mas também os mesmos productos artificiaes, que produz a industria dos homens, particularmente a dos Indios desse Destricto, comprehendendo se nos referidos productos artificiaes as Armas, de que uzam os mesmos Indios, ou ellas sejam de tiro, ou de bater de perto, os seus instrumentos muzicos tanto festivos como marciaes, os seus vestidos, e ornatos, e ultimamente os seus moveis, e utensios domésticos, tudo na conformidade das Instruções, que a Academia Real das Siencias de Lisboa publicou com o titulo = Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Siencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da natureza para formar hum Muzeu Nacional =, e pelas ditas instruções VM^{ce} se regulará na coleção, preparaçam e remessa de huns, e outros produtos; vindo finalmente cada remessa acompanhada de huma relaçam, onde se declare nome vulgar de cada produto se o tiver, o lugar aonde se acha, o uso, ou préstimo que tem.

*D Gde V Mce Palácio de Queluz em 16 de julho de 1798.
Dom Rodrigo de Souza Coutinho*

P.S.

Com os produtos naturaes dessa capitania deve VMce também remetter toda a qualidade de sementes com a declaraçam dos nomes próprios do Paiz, e de uso, e virtudes, que ahi se atribuírem as respectivas plantas.

Senhor Antonio Pires da Silva Pontes

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 18 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 04.

Dezejando S. Magde ligar com nexos indissolúveis todas as mais separadas partes de seus vastos Dominios e Estados de maneira que cada huma em particular, e todos em geral concervam para a geral felicidade dos Povos, e para a grandeza da Monarquia. He a mesma Senhora servida ordenar que V Mce procure augmentar nessa Capitania, quanto poder, o uzo, e consumo de todas as produções naturaes, e manufaturadas deste Reyno, e que V Mce use de todos os meios (excepto os de violência) para conseguir este tam útil como dezejado fim, distinguindo, e favorecendo mui particularmente os que introduzirem ou consumirem maior quantidade dos nossos vinhos, quaes os do Porto, Caravellas, Barra a Barra, Figueira. Azeites, sal, vinagre, manufaturas de panos, e de sedas do Reyno, trastes de luxo trabalhados em Lisboa, ou no Porto, e recomendado os na Real Presença de Sua Magde a fim que os mesmos rendam graças e favores. Igualmente procurará VMce promover para o Reyno a maior exportaçam possível de todos os gêneros, e produções dessa capitania, a fim que da mutua troca dos gêneros, e produções rezulte a maior riqueza, e felicidade de todos os ditos vassallos de Sua Magde que dezeja extender sem diferença alguma as suas benéficas, e paternaes vistas a todos os seus vassallos, pellos quaes tem o mesmo, e igual interesse. Sua Magde ordena que VMce e os seus sucessores nessa capitania fiquem encarregados de darem todos os annos conta do que houverem praticado para executar esta Real ordem, que a mesma Senhora lhe manda muito recomendar, e que ao mesmo tempo informe do fructo, que tiverem as providencias, que for dando.

*D Gde V Mce Palácio de Queluz
em 18 de julho de 1798.
Dom Rodrigo de Souza Coutinho*

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 21 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 03.

Achando-se V.Mce nomeado para governador da Capitania do Espírito Santo e devendo receber nesta ocasião em officios separados varias Ordens, e Instruções sobre os diferentes objectos do Real Serviço; acrescentarei aqui alguns artigos que pela sua grande importância lhe manda Sua Magestade recomendar muito particularmente.

Entre estes artigos tem o primeiro lugar a Civilização dos Indios que até agora tem sido tão mal entendida, e practicada, pela má escolha dos Sujeitos empregados em Regentes das suas aldeas, que em lugar de os tratarem em brandura, e suavidade, e de lhes fazerem conhecer com a experiência os cômodos de viverem em sociedade e debaixo da proteção das Leys, os tem obrigado a preferir os seus Bosques às tiranias com que erão tratados pelos seus chamados Protectores.

He pois muito essencial que V. Mce se applique com particular desvelo em procurar a Civilização dos Indios, empregando para este fim pessoas de probidade que abrão com elles algum commercio de troca, em que pratiquem a mais exacta boa Fe, e lizura, e lhes dem a conhecer as vantagens que lhes devem rezultar da nossa comunicação.

He precizo, logo que elles estiverem aldeados, não os violentar em couza alguma; não os obrigar a trabalhar contra a sua vontade; pagar lhes exactamente o trabalho que elles quizerem fazer; não se intrometer com o seu governo domestico; não lhes tomar os filhos para os empregar em serviços estranhos; em huma palavra deixa-los em huma inteira liberdade em tudo o que não offender as Leys. Contribuira muito para o mesmo fim propagar entre elles, e instrui los nos princípios da Religião Cristã.

A abertura e navegação do Rio Doce he outro objecto em que V. Mce deve empregar o seu maior cuidado. As três memórias incluzas lhe darão algu-

mas noções sobre esta importante matéria, tanto a respeito da possibilidade de execução, como das imensas vantagens que devem resultar da navegação deste Rio, huma vez que ella for explorada, e seguida.

Deve V.Mce também procurar estabelecer huma navegação direta com o Reyno, tendo primeiro cuidado no estabelecimento de Alfandegas em que se segure o pagamento, e arrecadação dos Direitos Reais.

A respeito da conservação das Mattas, e do importante artigo de Madeiras, assim como sobre outros objectos de igual consideração, em officios separados receberá V.Mce como assim disse, as Ordens, e Instruções, por onde se deve governar.

DGde V Mce Palácio de Queluz em 21 de julho de 1798
Dom Rodrigo de Souza Coutinho

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 25 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 13.

O grande augmento de riqueza de que são susceptíveis os Dominios portuguezes no Brasil, se nela se introduzir uma maior facilidade nos trabalhos, e hum melhor methodo na cultura, e preparo das Produções do Paiz.; fes que Sua Magestade tenha mandado imprimir huma Collecção de Instrucções colligidas do que a experiencia tem mostrado ser mais util, e vantajozo entre as outras Naçoens, cujas Colonias tem chegado a hum grao de prosperidade, que da bem a conhecer as utilidades que se seguirão, se nos adoptassemos os mesmos principios de Agricultura, e preparação dos Generos que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses Habitantes. O que prezentemente se remete a V M e que por hora está pronto he o que consta da Rellação incluza. V. M destribuira essas obras, pelo modo que lhe parecer mais conveniente, advertindo que a obra intitulada O Fazendeiro do Brasil, se deve vender a

dez tustoens cada Tomo, eremetter-se o producto desta venda ao Official Maior desta Secretaria de Estado, para indennizar a Fazenda Real, do custo da impressão desta, e das outras publicaçõens, que se hirão continuando em benefefficio do Brasil.

D Gde V Mce, Palacio de Queluz em 25 de julho de 1798
Dom Rodrigo de Souza Coutinho

- *O Fazendeiro do Brasil em três Tomos, no 1º trata da Cultura das canas, e factura do assucar: no 2º trata da Cultura do Indigo, e extracção da sua fecula: no 3º trata da Cultura do Café.*
- *Memoria sobre o Loureiro Cinamomo, vulgo Caneleira de Ceylão.*
- *Descripção da Quina-quina, com hua estampa da Planta.*
- *Memoria sobre a Caneleira.*
- *Methodo de preparar a Cochonilha.*
- *Extracto do modo de se fazer o Salitre nas Fabricas de Tabaco da Virginia.*
- *Memoria sobre a pratica de se fazer o Salitre.*
- *Memoria ou extracto sobre o Salitre.*
- *Memoria sobre a reforma dos Alambiques.*
- *Methodo de se aproveitarem todas as carnes do gado vacum.*
- *Methodo de se conservar a Saude á Gente do Mar.*
- *Compilação de Reflexões á cerca das cauzas, prevenções, e remédios das doenças dos Exercitos.*
- *Exposição de um novo remedio curativo, e preservativo da Peste.*

Sitio de N Sra da Ajuda 25 de julho de 1798
João Filippe da Fonseca

Por meio das correspondências é possível verificar o ano de 1798 como momento de preparação para a implantação de mudanças na capitania do Espírito Santo, quando o interesse da Coroa se dirigia ao reconhecimento das riquezas naturais e produções da região, ao aumento e diversificação da cultura e a utilidade desses empreendimentos. A

importância do reconhecimento das riquezas naturais com o auxílio das ciências aparece como pauta principal dentro das políticas econômicas ensejadas por D. Rodrigo ao governo de Silva Pontes. A instrução, aliás, manteve-se nas cartas recebidas durante o seu governo.

Observa-se a questão na primeira carta, em que se ordenava a organização de inventário das riquezas naturais e remessa das produções artesanais indígenas para compor o Museu Nacional da história da natureza. Não pensar que interesses econômicos estavam por detrás desse reconhecimento é desconsiderar o momento em que essas políticas estavam sendo implantadas. Tratava-se da Época das Luzes, em que o desenvolvimento das ciências e da razão compôs o cenário cultural e ideológico. A “curiosidade pelos fenômenos da natureza” acrescentou-se “o interesse das potências na exploração de mares e territórios ainda pouco conhecidos” a fim de se descobrir e explorar “novas possibilidades expansionistas e colonizadoras” (BICALHO, 2003, p. 105).

Tal interesse, inclusive, parece justificar também a própria escolha de Silva Pontes para a governadoria capixaba, diante de sua formação em Ciências Naturais e larga experiência em viagens exploratórias. Para um maior controle sobre os domínios coloniais, a monarquia portuguesa precisava conhecer o território para explorá-lo. As viagens filosóficas da segunda metade do século XVIII exemplificam a ação do governo português na busca por possibilidades para o melhor aproveitamento das riquezas, por meio de investigações científicas sobre a história natural. Assistiu-se a um período em que razões de natureza político-administrativa e econômica foram articuladas a questões científicas, integrando Portugal ao “grande movimento europeu de efervescência intelectual e interesse pelo exotismo típico do Iluminismo” (BICALHO, 2003, p. 109). A política de reconhecimento das riquezas demonstrava o outro olhar da Coroa sobre as formas de se obter lucros, expandindo seus interesses para além da extração mineral ou da agroexportação.

Silva Pontes estivera incumbido também em promover o comércio direto entre a capitania capixaba e o reino português. Na segunda carta, o comércio parece ser visto pela coroa como uma atividade capaz de ligar os vastos domínios coloniais à monarquia, cabendo ao governador o papel de incentivar o intercâmbio comercial entre as esferas local e imperial. A partir de tais instruções, é possível verificar também a implementação de uma política econômica por parte da coroa que visava não só o desenvolvimento econômico da América lusa, como também a regeneração econômica do próprio reino. Na medida em que a navegação direta entre os portos da vila da Victoria e da cidade de Lisboa, estimularia a importação dos produtos portugueses e, por consequência, o desenvolvimento das manufaturas reais, bem como a exportação das produções locais. Através dessa política econômica reinol, nota-se a integração da capitania do Espírito Santo aos quadros do Império português e a transformação do desenvolvimento econômico local em política pública.

As relações comerciais deveriam também ser estabelecidas com os gentios e, para isso, era preciso promover sua civilização e inserção à sociedade, respeitando, no entanto, o governo doméstico desses povos. Essa ideia remete a noção de autogoverno, intrínseca à concepção corporativa de sociedade, na qual

cada uma dessas unidades mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 42).

As noções de pluralismo político, corporativismo e autogoverno, resgatados da Escolástica colaboraram “para a formação do pensamento social e político da Monarquia Portuguesa dos séculos XIV ao XVIII” (MONTERIO, 2010, p. 24). A estruturação do Império português se deu a partir da noção de sociedade corporativa. Nessa conceituação, a sociedade funcionaria como um corpo. Ao rei, cabeça desse cor-

po, caberia manter o equilíbrio entre as partes que o constituía, primando pela manutenção da justiça e da governança.

Os historiadores voltados ao estudo do Império português defendem a utilização desses conceitos até o início do XVIII, quando, a partir desse período, ocorreria um processo de centralização político-administrativa dos espaços coloniais. Apesar do reordenamento político, acredita-se que a tentativa de centralização por parte monarquia portuguesa não tenha suprimido totalmente a autonomia dos corpos locais. E, por esse motivo, considera-se o conceito Monarquia Pluricontinental, tão cara aos historiadores Nuno Gonçalo Monteiro, João Luís Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2009), como chave de leitura para um melhor entendimento desses documentos, principalmente, a segunda e terceira correspondências apresentadas.

A monarquia pluricontinental portuguesa é formada por um único reino – o de Portugal – e suas diversas conquistas ultramarinas. A relação entre o centro e as periferias seriam resultantes da combinação entre a concepção corporativa e a de pacto político. Em outras palavras, um relacionamento que garantiria a autonomia local, ao mesmo tempo em que, engendrava-se, através das instituições reinóis, uma referência para a organização sociopolítica. O incentivo ao estabelecimento do comércio entre o reino e a capitania, além de denotar o interesse no aumento da exploração colonial, traz elementos que ratificam a aplicação deste conceito. Visto que, uma das características dessa organização política, está na dependência da Coroa e de sua nobreza dos recursos econômicos provenientes do ultramar (FRAGOSO; GOVÊA, 2009, p. 42).

A abertura do rio Doce à navegação também é assunto das cartas e aparece, em outras fontes, como a principal missão daquele governador. Isso porque, naquele tempo, acreditava-se que a comunicação com a capitania vizinha, Minas Gerais, possibilitada pela abertura do rio fomentaria não apenas o comércio entre as duas regiões, mas também a ocupação

populacional e o desenvolvimento do lugar. Para as autoridades reinóis, outra possibilidade seria o estabelecimento do comércio com a capitania de Minas Gerais, além de facilitar a exportação dos gêneros, entre os quais metais menos preciosos, como ferro e cobre, dessa capitania para o reino, através dos portos capixabas (APEES, 001, doc. 60).

O incentivo ao cultivo de novos gêneros agrícolas, por sua vez, veio seguido da ação imperial, que lançou mão da instrução aos povos como estratégia para o aumento e melhoramento da agricultura na capitania. O envio de impressos da obra *O Fazendeiro do Brasil* visava a adoção dos princípios agrícolas que levaram à prosperidade das colônias de outras nações europeias, pelos fiéis vassalos espírito-santense (APEES, 001, doc. 13). A imposição de um modelo denota a tentativa da monarquia portuguesa em interferir, por meio de seu aparelho institucional, no cotidiano da colônia e nas atividades econômicas de seus habitantes, a fim de aumentar a evasão de divisas para o reino.

Considerações finais

A partir do cruzamento das instruções recebidas em 1798 e das informações retiradas da interlocução entre Dom Rodrigo e Silva Pontes, durante seu governo, foi possível observar em que medida as orientações recebidas do ministro influenciaram aspectos políticos, administrativos e econômicos da governação na capitania capixaba. Assim, durante seu governo, Silva Pontes fomentou o aumento da cultura tanto pela manutenção das produções tradicionais, como algodão, açúcar, mandioca (APEES, 001, doc. 04), quanto pela introdução dos novos cultivos como linho cânhamo (APEES, 001, doc. 09), pimenta da índia e canela (APEES, 001, doc. 31). Estreitaram-se as relações comerciais com o reino por meio do incentivo à exportação dos gêneros e a importação das manufaturas portuguesas (APEES, 001, doc. 04; 20).

Promoveu o reconhecimento das riquezas naturais da região e contribuiu com os interesses científicos e comerciais da monarquia ao enviar plantas, sementes, frutos indígenas e madeira para o Reino (APEES, 001, doc. 17, 18, 19). Um novo ramo da indústria animou-se. A descoberta do látex acrescentou mais um produto ao comércio geral dos gêneros coloniais (APEES, 001, doc. 54), haja vista ser a reexportação dos gêneros naturais atividade altamente lucrativa e praticada pelos negociantes portugueses. A abertura do rio Doce a navegação, principal missão atribuída a ele pela coroa, foi cumprida apesar de não alavancar o desenvolvimento comercial e populacional esperado para aquela região. Entre outros feitos, Silva Pontes fora responsável também por realizar a demarcação das fronteiras da capitania e promover a organização burocrático-administrativa.

A prosperidade econômica vivida no alvorecer do século XIX poderia ser atribuída à capacidade daqueles que estiveram a frente do governo dessa capitania, como o fez José Teixeira de Oliveira (2008). Todavia, outros elementos competiram para isso. Ao analisar os aspectos que propiciaram a instalação da plantation no recôncavo da Guanabara, entre o século XVI e XVII, João Fragoso (2001) percebeu a existência de um mercado imperfeito regulado pela política, através do sistema de mercês e das atribuições econômicas da Câmara. A transformação do desenvolvimento econômico da região em política pública parece ter propiciado a formação desse mercado imperfeito na capitania capixaba. A diferença é que no Espírito Santo, no limiar do século XIX, a interferência na economia local foi arbitrada pela própria Coroa, ao nomear e instruir seus representantes para a governança da terra.

À guisa de conclusão, faz-se necessário ressaltar que não se teve aqui a pretensão de esgotar a análise dos documentos transcritos. Pelo contrário, a intenção foi promover a exposição dessas cartas e desse *corpus* documental, assim como, de algumas observações feitas a partir da análise do material. A fim de fomentar a discussão acerca do passado colo-

nial em terras capixabas, contribuindo para um melhor entendimento em torno de como se configurou o Império português, formado por vastas e diversas regiões, onde em cada lugar a monarquia experimentou diferentes contornos.

Referências

Documentos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). [CD-ROM]. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822): Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Lisboa: [s.n.], 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo: Governadoria. Série Accioly. *Correspondências e atos do Príncipe Regente. Cartas manuscritas avulsas, livro 001, 002, 003 (1770-1822)*.

Obras

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 2.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: capitania do Espírito Santo, 1871-1821*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOVEIA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, cap. 1.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. *Tempo*, n. 27, 2009.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos de Jucá (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2014.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Chaloostville /Londres: The University Press of Virginia, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal, Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: APEES, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 4.

Recebido em: 24/11/2016

Aprovado em: 31/08/2017

PLANTA

DA

VILLA DA VICTORIA

Situada a 20° 15' de Latit Sul e 344° 45' Longit